



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**VICENTE FELIX CORREIA**

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA  
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR  
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO  
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO  
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ

CHEFE DE CABINETE  
ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL  
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO  
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO  
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS  
ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL  
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA  
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO  
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA  
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 21 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 4921/2014 (Proc. 5166/2014 apenso).

Interessado: Dr. Carlos Davi Lopes Correia Lima e outros, Promotores de Justiça.

Assunto: Requerimento de carteira funcional.

Despacho: Em face da aprovação, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, da Resolução nº 127, de 25 de agosto de 2015, retornem os autos à Asplage para a elaboração da minuta.

Proc: 4807/2015.

Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas/Gabinete do Conselheiro Anselmo Roberto de Almeida Brito.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Preliminarmente, requirite-se ao Prefeito de Estrela de Alagoas as informações necessárias, na forma da lei.

Proc: 4943/2015.

Interessado: AL Previdência.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ciente do despacho de fl. 36. À DG para informar, ouvindo a DPO.

Proc: 1668/2016.

Interessado: Promotoria de Justiça de Maragogi.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se a este o Proc. 5524/2015.

Proc: 3097/2016.

Interessado: Dra. Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 3547/2016.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Formalização de Termo de Cooperação Mútua sem ônus econômico-financeiro institucional, visando à implantação do Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP) no Estado de Alagoas. Minuta de termo de cooperação e do Plano de Trabalho. Existência. Finalidade que atende à política nacional de ressocialização de presos em consonância com a Lei nº 7210/84. Incidência, no que couber, do art. 166 da Lei nº 8.666/93. Emenda da cláusula terceira no sentido de excluir das obrigações do Ministério Público, a destinação pecuniária proveniente das transações penais para consecução do desiderato do projeto que se pretende formalizar. Existência. Nada obsta a celebração perseguida, ressaltando que a formalização do objeto, ora o juízo discricionário da autoridade administrativa competente, cuja manifestação pressupõe análise razoável dos motivos aduzidos à finalidade almejada". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 4078/2016.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (IPL nº 0140/2014 - SR/DPF/AL).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4566/2016.

Interessado: Felipe Tavares de Carvalho Barros, Analista do Ministério Público/Gestor do Contrato.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Pedido de Providências. Possibilidade jurídica de formalização de Aditivo de prorrogação do prazo do Contrato de prestação de serviços de telefonia fixa, formalizado com a empresa Telemar Norte Leste S.A, nº 3/2013. Serviço continuado. Comprovada a vantajosidade da prorrogação. Reajuste do índice de serviços de comunicação - IST. Previsão inserta nas cláusulas contratuais e no esteio do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. Parecer favorável do gestor do contrato e apresentação de planilha de composição de preços adequadas. Informação de existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da prorrogação e readequação de planilha com o reajuste e ulteriores procedimentos junto ao gestor do contrato". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 4576/2016.

Interessado: Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Penedo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4578/2016.

Interessado: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defiro. Pague-se os dias 4, 6, 11 e 20 de outubro do corrente ano. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4597/2016.

Interessado: Dra. Adriana Maria de Vasconcelos Feijó, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4606/2016.

Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4650/2016.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, pela ratificação do arquivamento, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o Sr. Cícero José dos Santos (fls. 4/6).

Proc: 4731/2016.

Interessado: Vitor Luiz Pereira Ribeiro, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pelo deferimento da progressão - Símbolo PGJ-C - da classe C - referência I para a II, com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis". Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 4732/2016.

Interessado: Jackson Costa dos Santos, Técnico do Ministério Público/Gestor do Contrato.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Junte-se a este o Proc. 4763/2016. Voltem os autos à douta Consultoria Jurídica para os fins de direito.

Proc: 4748/2016.

Interessado: Dra. Neide Maria Camêlo da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Arquite-se.

Proc: 4786/2016.

Interessado: Taísa Oliveira Abreu de Messias, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Jornada de Trabalho. Registro em dobro de período (dia) de labor em favor da Justiça Eleitoral, no âmbito do programa "Mesário Voluntário", para ulterior compensação. Incidência do disposto no art. 98 da Lei nº 9.504/1997. Pelo deferimento do pedido". À DP para as anotações de estilo.

Proc: 4800/2016.

Interessado: Presidência da República - Secretaria de Direitos Humanos.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 4802/2016.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Requerimento de designação.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 996, de 17 de novembro de 2016 (fl. 5), determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 4804/2016.

Interessado: Mário César de Albuquerque Pessoa, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de empenho para aquisição de material de expediente, constante na Ata de Registro de Preços nº 29/2016 do Pregão Eletrônico nº 11/PGJ/2016, para abastecer o setor de almoxarifado da Procuradoria Geral de Justiça de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão de empenho, bem como que o procedimento seja remetido às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis".

Proc: 4808/2016.

Interessado: Dr. Carlos Davi Lopes Correia Lima, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro o pedido. Lavre-se o ato. Em seguida, à DP para as medidas cabíveis, voltando.

Proc: 4854/2016.

Interessado: Dra. Luiz José Gomes Vasconcelos, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4863/2016.

Interessado: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se cópia à Diretoria de Comunicação Social para divulgar.

Proc: 4881/2016.

Interessado: Núcleo de Defesa do Meio Ambiente/1º CAO/MP.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4883/2016.

Interessado: Thiago Farias de Andrade Assis, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido de férias nos termos da informação de fl. 3. À DP para as providências cabíveis. Cientifique-se o interessado. Em seguida, arquite-se.

Proc: 4884/2016.

Interessado: Associação dos Empreendedores de Turismo do Litoral Sul - ASSERTSUL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4889/2016.

Interessado: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Ministério da Justiça e Cidadania.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4890/2016.  
Interessado: Dr. Carlos Tadeu Vilanova Barros, Promotor de Justiça.  
Assunto: Comunicação de férias.  
Despacho: Ciente. À DP para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

Proc: 4891/2016.  
Interessado: Juízo de Direito da 12ª Vara Criminal da Capital.  
Assunto: Encaminhamento de peça dos Autos nº 0714267-43.2016.8.02.0001, para os fins do art. 28 do CPP.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4897/2016.  
Interessado: Dra. Neide Maria Camêlo da Silva, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Junte-se ao Proc. 4748/2016.

Proc: 4899/2016.  
Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DG para informar.

Proc: 4901/2016.  
Interessado: Promotoria de Justiça de Campo Alegre.  
Assunto: Requerimento de designação.  
Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 4904/2016.  
Interessado: Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde.  
Assunto: Requerimento de designação.  
Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 4906/2016.  
Interessado: Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4909/2016.  
Interessado: Fernando Antônio Vasco de Souza, Chefe da Seção de Licitações.  
Assunto: Emissão de nota de empenho.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4929/2016.  
Interessado: Rubenício Izidro da Silva Júnior.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DP para informar.

Proc: 4960/2016.  
Interessado: 16ª Promotoria de Justiça da Capital.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 21 de novembro de 2016.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público

Protocolo 284411

PORTARIA N° 1007, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Proc. 4731/2016, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo VICTOR LUIZ PEREIRA RIBEIRO, Analista do Ministério Público - Área Gestão Pública, Símbolo PGJ-C, da Classe C, referência I para a referência II da mesma Classe, por aquisição da estabilidade.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1008, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4854/2016, RESOLVE conceder em favor do Dr. LUIZ JOSÉ GOMES VASCONCELOS, 51º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 164.059.004-87, matrícula nº 62614, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos

e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Anadia, nos dias 6, 14, 21 e 26 de setembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Anadia, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 750, de 1 de setembro do corrente ano, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1009, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE tornar sem efeito a Portaria PGJ nº 1.003, de 18 de novembro de 2016.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1010, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, resolve designar Dra. MARGARIDA MARIA COUTO MONTE, 34ª Promotora de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 30ª Promotoria de Justiça da Capital, de 3ª entrância, durante as férias da Promotora de Justiça titular.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1011, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 4578/2016, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO PEREIRA PINHEIRO, 65º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 058.627.955-53, matrícula nº 27649, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de São Sebastião, nos dias 4, 6, 11 e 20 de outubro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de São Sebastião, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 311, de 09 de abril de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 1012, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. CARLOS DAVI LOPES CORREIA LIMA, 1º Promotor de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pela função de Coordenador Regional das Promotorias de Justiça de União dos Palmares, nos termos do art. 14 da Lei Complementar 34, de 26 de julho de 2012.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 284412

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa às EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE CORTINAS E ESTOFADOS, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 5 (cinco) dias para a apresentação de propostas.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO DE CORTINAS E ESTOFADOS.

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se a disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, no Setor de Compras, 2º andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h00min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: [compras@mpal.mp.br](mailto:compras@mpal.mp.br) ou [carla.araujo@mpal.mp.br](mailto:carla.araujo@mpal.mp.br), ou por telefone pelo número (82) 2122-3541.

Maceió, 21 de novembro de 2016

Carla Fernanda Rocha de Araújo  
Setor de Compras

Protocolo 284257

## Conselho Superior do Ministério Público

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 14, inciso XII, item 3, do Regimento Interno do CSMP/AL, torna públicas as promoções de arquivamentos formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias abaixo identificadas dos seguintes processos:

219. Proc. PGJ/AL-4377/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe. Interessado(a): Ministério Público de Alagoas. Assunto: Irregularidades no despejo de resíduos hospitalares.
220. Proc. Adm. 0103/2015. Origem: 24ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Maria Simone Honorato e outros. Assunto: Representação.
221. Proc. PGJ/AL-4416/2016 (03 anexos e Proc. Adm. 375/2015). Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor. Interessado(a): Consumidores. Assunto: Lei da meia entrada.
222. Proc. PGJ/AL-4556/2016 (03 volumes - ICP n. 23/15). Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público de Alagoas. Assunto: Relatório complementar da auditoria 12370/2012 no Hospital Geral do Estado - HGE, obras de reforma e ampliação.
223. Proc. PGJ/AL-3052/2016. Origem: 15ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Carlos André Teixeira da Rocha Bier. Assunto: Coação moral/ assédio moral.
224. Proc. PGJ/AL-2281/2016. Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Manuilson Andrade Santos. Assunto: Representação.

225. Proc. PGJ/AL-4699/2016 (anexo ICP 008/2016 - 02 volumes). Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Associação dos Moradores do Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Hamilton de Moares e Sociedade Unida do Prado. Assunto: Representação.

226. Proc. PGJ/AL-4441/2016. Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Diogo José Palmeira Acioli. Assunto: Queixa de más condições do trabalho contra a Secretaria Municipal de Saúde.

227. Proc. PGJ/AL-4339/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema. Interessado(a): Anônimo. Assunto: Representação contra gestor municipal.

228. Proc. PGJ/AL-4023/2016. Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Valdênia Marinho de Oliveira. Assunto: Possível ameaça e agressão física.

229. Proc. PGJ/AL-4772/2016 (Apenso PGJ/AL-291/2016 e 5929/2015). Origem: Promotoria de Justiça de Mata Grande. Interessado(a): Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Assunto: Encaminhamento de relatório de fiscalização.

230. Proc. PGJ/AL-2711/2016. Origem: Promotoria de Justiça de Mata Grande. Interessado(a): Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Assunto: Irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEB.

231. Proc. PGJ/AL-1556/2015 (03 volumes). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Walmart - Bompreço Supermercados do Nordeste LTDA. Assunto: Lançamentos irregular de efluentes.

Cumprir informar, ainda, que os autos dos processos acima listados se encontram a disposição dos interessados, na Secretaria deste Conselho, para que a associação legitimada ou quem tenha legítimo interesse apresente, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, conforme o comando do artigo 172 do RICSMP/AL.

Publicado em 22 de novembro de 2016

Prazo para impugnação: até 02 de dezembro de 2016

Maceió, 22 de novembro de 2016

Luiz de A. Medeiros Filho  
Promotor de Justiça

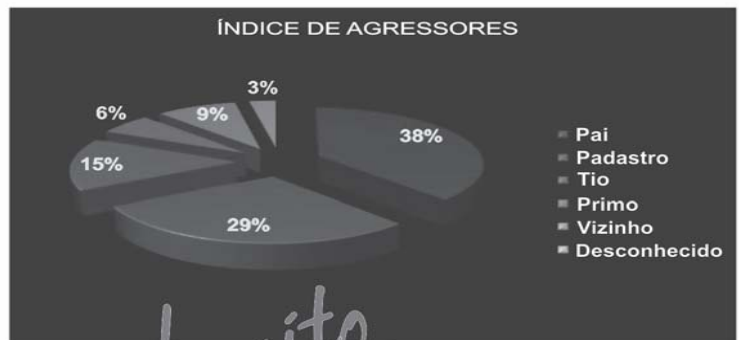
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo 284359

# TODOS CONTRA O ABUSO INFANTIL



**EM 88% DOS CASOS DE ABUSO INFANTIL,  
O AGRESSOR FAZ PARTE DO CÍRCULO DE  
CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA.**



*Faça bonito.* Proteja  
nossas crianças  
e adolescentes



**IMPRENSA  
OFICIAL**  
GRACILIANO RAMOS

Secretaria de Estado  
do Planejamento,  
Gestão e Patrimônio

GOVERNO DO ESTADO  
**ALAGOAS**  
TRABALHANDO SÉRIO A GENTE CHEGA LÁ